

ESPECIALIDADE

21) Sobre o tema “Direitos da Personalidade”, marque a alternativa **incorreta**.

- a) O nascituro não possui proteção jurídica.
- b) Existem direitos da personalidade que são disponíveis.
- c) Os direitos da personalidade são absolutos, por serem exigíveis de toda a coletividade.
- d) O recém-nascido que falece, logo após o parto, chega a adquirir direitos da personalidade.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

Segundo a doutrina, os direitos da personalidade são absolutos por serem exigíveis de toda a coletividade. São eles oponíveis *erga omnes*. Regra geral eles também são indisponíveis, mas segundo a doutrina, alguns direitos são disponíveis, como os direitos autorais, os direitos à imagem, etc. No que toca ao nascituro e ao recém nascido, o art. 2º do Código Civil estabelece que “A personalidade civil da pessoa começa com o nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro”. Assim, aquele que nasceu com vida, mesmo que sobreviva por alguns instantes, chega a adquirir os direitos da personalidade, tendo o nascituro proteção jurídica, como por exemplo a questão dos direitos hereditários.

Fonte: FIUZA, César. Direito Civil – Curso Completo. 9ª Ed. ver. atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, Pág. 124, 125, 127 e 173 e artigo 2º do Código Civil.

22) Sobre o tema Capacidade, considere as seguintes afirmativas.

- I. Os menores púberes são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- II. O sujeito que está em coma profundo terá sua interdição decretada por ser absolutamente incapaz.
- III. Os menores de dezesseis anos são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer.

Está(ão) **correta(s)** somente a(s) afirmativa(s)

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

Os artigos 3º e 4º do Código Civil trazem os casos de incapacidade absoluta e relativa. O art. 4º trata dos menores púberes, ou seja, que são os maiores de 16 e menores de 18 anos. Estes são relativamente incapazes. O art. 4º traz, também, o rol de pessoas absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil. Dentre eles estão os menores de 16 anos e os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos. Portanto, o sujeito que está em coma e o menor de 16 anos são absolutamente incapazes. Deste modo, apenas a afirmativa “II” é correta.

Fonte: FIUZA, César. Direito Civil – Curso Completo. 9ª Ed. ver. atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. Pág. 130 a 133.

23) Sobre Fato Jurídico, Ato e Negócio Jurídico, marque a alternativa **incorreta**.

- a) Ato ilícito é a atuação humana, omissiva ou comissiva, contrária ao direito.
- b) São condições de validade do negócio jurídico: sujeito capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.
- c) O Código Civil de 1916 utilizava a terminologia “Negócio Jurídico”, inobstante a expressão não tivesse sido profundamente estudada pela doutrina pandectística.
- d) O ato jurídico, em sentido estrito, consiste em um simples comportamento humano, voluntário e consciente, cujos efeitos estão pré-determinados na lei, enquanto o negócio jurídico tem como característica singular o fato de que as partes é que definem os efeitos que pretendem atingir.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

A doutrina distingue fato, ato e negócio jurídico. Fato é todo acontecimento. Quando repercute na seara do Direito, passa a ser chamado de fato jurídico. Já o ato jurídico está ligado à atuação humana. É ato em sentido estrito quando os efeitos são pré-determinados em lei, mas quando as partes convencionam os efeitos que pretendem atingir passa a ser chamado de negócio jurídico. Aliás, esta terminologia não era utilizada no CC/1916, embora a doutrina pandectística (Escola surgida na Alemanha, no século XIX) já tivesse cunhado a expressão. De acordo com o próprio Código Civil atual, a validade do negócio (ou ato) jurídico requer: agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei. Por fim, ato ilícito é o ato contrário ao direito. Portanto, a alternativa “C” é a única incorreta, estando todas as outras de acordo com a doutrina e o Código Civil

Fonte: FIUZA, César. Direito Civil – Curso Completo. 9ª Ed. ver. atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, Pág. 201, 202 e 205.

24) De acordo com o Código Civil, domicílio da pessoa natural é o local onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo. Sobre o tema Domicílio, relacione as colunas a seguir. Em seguida, marque a alternativa que apresenta a sequência **correta**.

- | | |
|---|---|
| (1) Domicílio do incapaz | () lugar onde exerce permanentemente suas funções. |
| (2) Domicílio do militar da Marinha ou da Aeronáutica | () domicílio do representante ou do assistente. |
| (3) Domicílio do servidor público | () onde o navio estiver matriculado. |
| (4) Domicílio do marítimo | () sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado. |

- a) 1 – 2 – 3 – 4
b) 4 – 3 – 2 – 1
c) 2 – 4 – 1 – 3
d) 3 – 1 – 4 – 2

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

De acordo com o parágrafo único do art. 76 do Código Civil, “o domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente; o do servidor público, o lugar em que exercer permanentemente suas funções; o do seu militar, onde servir, e, sendo da Marinha ou da Aeronáutica, a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinada; o do marítimo, onde o navio estiver matriculado; e o do preso, o lugar em que cumprir a sentença”, a alternativa que apresenta a sequência correta é a “d”.

Fonte: FIUZA, César. Direito Civil – Curso Completo. 9ª Ed. ver. atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, Pág. 176.

25) Se Tício doa um imóvel a favor de Mévio, sob condição de que ele faça uma viagem ao Sol, para receber os bens, a deixa testamentária será

- a) inexistente.
b) válida e eficaz.
c) válida, mas ineficaz.
d) inválida, e Mévio nada receberá.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

A viagem ao Sol é uma condição suspensiva, porque ela subordina os efeitos do ato jurídico a seu implemento. E de acordo com o artigo 123, I, do Código Civil, “invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados as condições física ou juridicamente impossíveis, quando suspensivas”

Fonte: FIUZA, César. Direito Civil – Curso Completo. 9ª Ed. ver. atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, Pág. 217 a 221.

26) No Direito Civil, o termo inicial

- a) permite o exercício do direito.
b) suspende o exercício e a aquisição do direito.
c) interrompe o exercício e a aquisição do direito.
d) suspende o exercício, mas não a aquisição do direito.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

De acordo com o art. 131 “o termo inicial suspende o exercício, mas não a aquisição do direito”. O objetivo da presente questão é justamente averiguar se o candidato conhece a diferença entre o exercício e a aquisição do direito e quais os efeitos gerados pela existência de termo nos negócios jurídicos.

27) A desapropriação por interesse público é corolário do seguinte princípio do Direito Administrativo:

- a) Finalidade.
- b) Impessoalidade.
- c) **Supremacia do interesse público.**
- d) Indisponibilidade do interesse público.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

A doutrina explica que o princípio da supremacia determina privilégios jurídicos e um patamar de superioridade do interesse público sobre o particular. Em razão desse interesse público, a Administração terá posição privilegiada em face dos administrados, além de prerrogativas e obrigações que não são extensíveis aos particulares. Empregando tal idéia, o constituinte previu a possibilidade de desapropriação por interesse público. Trata-se de hipótese em que o interesse público está num patamar de superioridade em relação ao particular.

Fonte: MARINELA, Fernanda. Direito Administrativo – 4ª Edição, ver. amp., ref. e atual até 01/01/2010. Niterói: Impetus, 2010. Pág. 27.

28) Sobre Ato Administrativo, marque a alternativa **incorreta**.

- a) Motivo, móvel e motivação do ato administrativo têm conceitos distintos.
- b) São elementos do ato administrativo: o sujeito competente, forma, motivo, objeto e finalidade.
- c) **Nos atos administrativos discricionários, o administrador avalia a conveniência e a oportunidade no sujeito e no objeto.**
- d) Existem atos da administração que são atos administrativos e atos administrativos que não são atos da administração.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

A doutrina elenca como elementos do ato administrativo o sujeito competente, a forma, o motivo, o objeto e a finalidade. Ao diferenciar atos administrativos e atos da administração, sustentam os doutrinadores que ato da administração é todo ato praticado pela Administração Pública, mais especificamente pelo Poder Executivo, no exercício da função administrativa, podendo ser regido pelo direito público ou pelo direito privado. Assim, os atos da administração podem ser: atos privados da Administração, atos materiais e atos administrativos. Portanto, existem atos administrativos que são atos da administração. Por outro lado, existem atos administrativos que não são atos da administração porque não foram praticados por esta, estão fora dela, como por exemplo, os atos praticados pelo Poder Legislativo e Judiciário, quando no exercício de sua função administrativa atípica. A alternativa “C” está incorreta, pois, de acordo com pensamento majoritário, a discricionariedade está no objeto e no motivo do ato. Motivo são as razões que justificam a edição do ato. Móvel é a intenção, o propósito do agente que praticou o ato, ou melhor, a representação subjetiva, psicológica, interna do agente. Por fim, motivação significa o dever da administração de justificar seus atos, apontando-lhes os fundamentos de fato e de direito.

Fonte: MARINELA, Fernanda. Direito Administrativo – 4ª Edição, ver. amp., ref. e atual até 01/01/2010. Niterói: Impetus, 2010, Pág. 230, 231, 237, 247 e 257.

29) Sobre o tema Licitação, marque a alternativa **incorreta**.

- a) Os Estados-Membros podem legislar sobre licitação.
- b) As empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos estão sujeitas à licitação.
- c) Qualquer cidadão poderá requerer à Administração Pública os quantitativos das obras e preços unitários de determinada obra executada.
- d) **As compras serão feitas com a adequada caracterização de seu objeto, prescindindo da indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento.**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

De acordo com o art. 37, *caput*, e o inciso XXI, da CRFB/88 e o art. 1º da Lei 8.666/93, a Administração Pública Direta e Indireta está sujeita à licitação. Neste rol estão incluídas as empresas públicas e sociedades de economia mista. Em decorrência do art. 173, §1º, III, da CRFB/88, quando se tratar de empresas públicas e sociedades de economia mista, que explorem atividade econômica poderão se sujeitar a regime próprio. De qualquer modo, as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos estão sujeitas à licitação. No que se refere à competência para legislar, o art. 22, XXII, da CRFB/88 estabelece que compete à União legislar sobre normas gerais, mas isto não inibe os Estados de legislar sobre normas específicas. Além disso, de acordo com art. 7º §8º, da Lei 8.666/93, “Qualquer cidadão poderá requerer à Administração Pública os quantitativos das obras e preços unitários de determinada obra executada”. Por fim, determina o art. 14 da mesma lei que “nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.

Fonte: MARINELA, Fernanda. Direito Administrativo – 4ª Edição, ver. amp., ref. e atual até 01/01/2010. Niterói: Impetus, 2010, Pág. 316 e 320.

30) São modalidades de licitação, **exceto**:

- a) Concurso.
- b) Concorrência e pregão.
- c) **Melhor técnica ou técnica e preço.**
- d) Tomada de preços, pregão e convite.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

De acordo com o art. 22 da Lei 8.666/93 e art. 1º da lei 10.520/02, são modalidades de licitação a concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão e pregão. De outro lado, são tipos de licitação a melhor técnica e preço.

Fonte: MARINELA, Fernanda. Direito Administrativo – 4ª Edição, ver. amp., ref. e atual até 01/01/2010. Niterói: Impetus, 2010, Pág. 340.

31) Sobre o tema Contratos Administrativos, marque a alternativa **incorreta**.

- a) É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.
- b) **Devido à sua característica de adesão, o contrato administrativo tem natureza jurídica de ato administrativo.**
- c) A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enumerados na lei de licitações e contratos.
- d) A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

Os artigos 55,VI e 56 da Lei 8.666/93 regulam a questão da garantia nos contratos administrativos. No § 4º deste último, há a determinação de que “A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente”. Nada mais lógico. A garantia tem como fundamento a proteção do interesse público com o perfeito adimplemento do contrato e o princípio da indisponibilidade desse interesse. Uma vez executado o contrato, ela há de ser restituída, conforme apresentado na alternativa “d”. Acerca da alternativa “a”, vale frisar que a lei de licitações e contratos, em diversos momentos, trata da duração do contrato, vendo expressamente a existência de contrato por prazo indeterminado (art. 57, §3º). Sobre a alternativa “c”, vale frisar que trata-se de negócio jurídico e não ato jurídico. Mesmo sendo caracterizado como contrato de adesão. Por fim, a possibilidade de rescisão por ato unilateral da Administração vem expressamente admitida no art. 79, inciso I, da citada lei. Portanto, a única alternativa incorreta é a “b”.

Fonte: MARINELA, Fernanda. Direito Administrativo – 4ª Edição, ver. amp., ref. e atual até 01/01/2010. Niterói: Impetus, 2010, Pág. 410, 411, 415, 418 e 419.

32) Sobre o Mandado de Segurança, é **incorreto** afirmar que

- a) ao despachar a inicial do mandado de segurança, dentre outras medidas, o juiz ordenará que se dê ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada.
- b) o titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas de terceiro, não poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, por lhe faltar legitimidade.
- c) podem ajuizar mandado de segurança, desde que agindo na defesa de suas prerrogativas, a Presidência da Câmara dos Deputados, da Câmara de Vereadores, da mesa do Senado e os Prefeitos.
- d) não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

O objetivo da questão é verificar conhecimento e atualização sobre a Lei do Mandado de Segurança. Nesta ordem de ideias, estatui o art. 2º da Lei 12.016/2009 que o titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 30 dias, quando notificado judicialmente. Portanto, está incorreta a alternativa “b”. Já o inciso II, do art. 7º da referida norma, determina que se dê ciência ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada. Não havia tal determinação na legislação anterior que regulava o mandado de segurança. Sobre a possibilidade da Presidência da Câmara dos Deputados, da Câmara de Vereadores, da mesa do Senado e dos Prefeitos impetrarem mandado de segurança, a jurisprudência tem admitido quando for em defesa de suas prerrogativas (STF, MS 21239/DF, Min. Relator (a) Sepúlveda Pertence, Julgamento: 05.06.1991, DJ 23.04.1993, Fonte: MARINELA, Fernanda. Direito Administrativo – 4ª Edição, ver. amp., ref. e atual até 01/01/2010. Niterói: Impetus, 2010. pág. 941. Por fim o §2º, art. 1º, Lei 12.016 determina que “não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público”. O candidato deve saber diferenciar os atos de gestão comercial daqueles atos que podem ser considerados administrativos, já que, neste último caso há de ser aplicada o enunciado da Súmula 333 do STJ: “cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública”.

33) Regem o Processo Administrativo, **exceto**: os princípios da(o)

- a) autotutela, contraditório e legalidade.
- b) legalidade, verdade real e oficialidade.
- c) contraditório, verdade real e motivação.
- d) **contraditório, verdade formal e informalismo para a Administração.**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

De acordo com a doutrina, são princípios aplicáveis aos processos administrativos, dentre outros: do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa, da verdade real, da legalidade e da finalidade, da motivação, da razoabilidade e da proporcionalidade, da oficialidade, do informalismo em favor do administrado e do formalismo para a Administração, da autotutela e da celeridade. Portanto, a alternativa incorreta é a “d”.

Fonte: MARINELA, Fernanda. Direito Administrativo – 4ª Edição, ver. amp., ref. e atual até 01/01/2010. Niterói: Impetus, 2010, Pág. 970 a 982.

34) Sobre Hermenêutica e Interpretação Constitucional, considere as alternativas a seguir e marque a **incorreta**.

- a) O Direito Constitucional possui alguns princípios específicos de interpretação.
- b) Pelo método científico-espiritual, a interpretação da Constituição deve levar em conta a ordem ou o sistema de valores subjacentes ao texto constitucional.
- c) O método jurídico de interpretação parte da consideração de que a Constituição é uma lei, que pode e deve ser interpretada utilizando-se os cânones ou regras tradicionais de hermenêutica.
- d) **Pelo princípio da concordância prática, o órgão encarregado da interpretação constitucional não pode chegar a resultados que subvertam ou perturbem o esquema organizatório-funcional, constitucionalmente estabelecido.**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

A doutrina é amplamente majoritária no sentido de que o Direito Constitucional possui alguns princípios específicos de interpretação, em virtude da singularidade das normas constitucionais, traduzida, principalmente, pelo poder constituinte, criador da Constituição, e pelo processo de sua revisão. Dentre os métodos, de se lembrar do jurídico, que parte da consideração de ser a Constituição uma lei e o científico espiritual, em que a interpretação deve levar em conta a ordem ou o sistema de valores subjacentes ao texto constitucional. Por fim, existem diversos princípios atinentes à interpretação. Dentre eles estão o da concordância prática, segundo o qual os bens constitucionalmente protegidos, em caso de conflito ou concorrência, devem ser tratados de maneira que a afirmação de um não implique o sacrifício do outro e o da conformidade funcional, segundo o qual o órgão encarregado da interpretação constitucional não pode chegar a resultados que subvertam ou perturbem o esquema organizatório-funcional constitucionalmente estabelecido, portanto é incorreta é a opção “d”.

Fonte: CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional – Teoria do Estado e da Constituição – Direito Constitucional Positivo. 14ª Ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2008. Pág. 319 a 331.

35) Sobre o tema Controle de Constitucionalidade, considere as seguintes afirmativas.

- I. A Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite o ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade por “Associação de Associação”.
- II. Nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade, os poderes de cognição do juiz estão limitados pelo pedido, não pela causa de pedir.
- III. Se o Tribunal de Justiça, competente para conhecer da ação direta de inconstitucionalidade em face da Constituição Estadual, considerar inconstitucional o próprio parâmetro de controle estadual, por ser ofensivo à Constituição Federal, ele pode suscitar, de ofício, a questão, cujo julgamento pode ser objeto de recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

Estão **corretas** somente as afirmativas

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

As três afirmativas são admitidas pela doutrina e pelo Supremo Tribunal Federal. Aliás, a afirmativa I foi objeto de recente alteração jurisprudencial, passando a mais alta corte do país a admitir tal possibilidade. A afirmativa II é um dos princípios do processo constitucional, e a III advém de interpretação do sistema de controle de constitucionalidade brasileiro.

Fonte: CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional – Teoria do Estado e da Constituição – Direito Constitucional Positivo. 14ª Ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2008. Pág. 433, 540 e 571.

36) Para que o Estado do Pará possa se dividir em outros três Estados, a Constituição da República Federativa exige a aprovação da população

- a) brasileira, através de referendo, e do Congresso Nacional por lei complementar.
- b) direta e indiretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional por lei ordinária.
- c) **diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional por lei complementar.**
- d) diretamente interessada, através de referendo, e do Congresso Nacional por lei complementar.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

O § 3º, do art. 18 da CRFB exige aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional por lei complementar. Trata-se de questão que aborda tema que está em voga no Congresso Nacional.

37) Deputados Estaduais resolvem propor uma emenda à Constituição da República Federativa do Brasil. A proposta deverá ser feita por

- a) um terço das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- b) um terço das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
- c) Mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.**
- d) mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

O art. 60 da Constituição da República Federativa do Brasil traz o rol daqueles legitimados para propor emenda à Constituição, neles incluindo apenas um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros; e do Presidente da República.

38) O inciso X do art. 52 da Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que “compete privativamente ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal”. Tal atuação se dará quando a decisão for dada em controle

- a) abstrato.
- b) concentrado.
- c) difuso-concreto.**
- d) preventivo.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

Como explica Kildare Gonçalves Carvalho a participação do Senado Federal no controle de constitucionalidade somente se dará em se tratando de decisão do STF proferida em caso concreto (controle difuso ou incidental), pois a finalidade da suspensão da lei declarada inconstitucional visa a conferir efeitos *erga omnes* a uma decisão que vale apenas para as partes litigantes. Acentua-se que este entendimento já se acha consolidado no Regimento Interno do Supremo (art.178), e se reforça diante do disposto no art. 28, parágrafo único, da Lei 9.868, de 10 de novembro e 1999, ao prever que a decisão do STF no exercício do controle abstrato, declarando a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo impugnado, tem eficácia contra todos.

Fonte: CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional – Teoria do Estado e da Constituição – Direito Constitucional Positivo. 14ª Ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2008, pág. 420.

39) O Estado do Maranhão resolve explorar serviço local de gás canalizado. Para regulamentar a matéria, edita uma medida provisória. A providência afronta a Constituição da República Federativa do Brasil porque

- a) é vedada a concessão em tal hipótese.
- b) é vedada a edição de medida provisória para sua regulamentação.**
- c) não compete aos Estados explorar serviço local de gás canalizado.
- d) é vedada a concessão em tal matéria e a edição de medida provisória para sua regulamentação.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

De acordo com o §2º, do art. 25 da CRFB/88, cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

40) A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes a seguinte disposição:

a) ao militar são permitidas a sindicalização e a greve.

b) o militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanentemente será transferido para a reserva, nos termos da lei.

c) o oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal civil de caráter permanente, em tempos de guerra.

d) o oficial condenado na justiça comum ou militar à pena privativa de liberdade superior a um ano, por sentença não transitada em julgado, será submetido a julgamento para verificação se é indigno do oficialato.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

De acordo com o § 3º, do art. 142 da Constituição da República, ao militar são proibidas a sindicalização e a greve. O militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanentemente será transferido para a reserva, nos termos da lei. O oficial condenado na justiça comum ou militar à pena privativa de liberdade superior a 2 (dois) anos, por sentença transitada em julgado, será submetido a julgamento previsto no inciso VI. Por fim, o oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra.

41) Considere as seguintes afirmativas sobre o Código Penal Militar.

I. A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, aplica-se retroativamente. Para se reconhecer qual a mais favorável, a lei posterior e a lei anterior podem ser consideradas de maneira combinada.

II. A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

III. Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o do resultado.

Estão **corretas** somente as afirmativas

a) I e II.

b) I e III.

c) II e III.

d) I, II e III.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

O Código Penal Militar regula a questão da aplicação da lei penal militar do art. 1º em diante. Nos §§ 1º e 2º, do art. 2º, estabelece que "Ninguém poderá ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela, a própria vigência de sentença condenatória recorrível, salvo quanto aos efeitos de natureza civil. §1º A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, aplica-se retroativamente, ainda quando já tenha sobrevivido sentença condenatória recorrível. §2º Para se reconhecer qual a mais favorável, a lei posterior e a anterior devem ser consideradas separadamente, cada qual no conjunto de suas normas aplicáveis ao fato". Portanto, enquanto no Direito Penal há divergência doutrinária e jurisprudencial sobre a possibilidade de combinação de leis, no Código Penal Militar há vedação expressa. Sobre lei excepcional e temporária estabelece o art. 4º que, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência. Por fim, quanto ao momento do crime, o art. 5º adota a teoria da atividade, segundo a qual considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o do resultado. Acerca do que foi explicitado acima, a afirmativa I está incorreta.

Fonte: ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. Código Penal Militar Comentado – Artigo por artigo – Parte Geral. 2ª Edição. Belo Horizonte: Líder, 2011, Pág. 20, 22 e 24.

42) Em tema de concurso de crimes, o Código Penal Militar dá o mesmo tratamento ao concurso

a) material e formal.

b) formal e crime continuado.

c) material e crime continuado.

d) material, formal e crime continuado.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

Explica a doutrina que o CPM não faz distinção entre o concurso formal e o concurso material ao tratar de concurso de crimes, regulamentando ambas as hipóteses no art.79. Também não faz diferenciação quanto ao crime continuado, determinando que em tal situação sejam aplicadas as regras do art.80.

Fonte: ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. Código Penal Militar Comentado – Artigo por artigo – Parte Geral. 2ª Edição. Belo Horizonte: Líder, 2011, pág. 181 a 184.

43) Preencha as lacunas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **correta**.

De acordo com o Código Penal Militar, a pena de morte é executada por _____. A sentença definitiva de condenação à morte é comunicada, logo que passe em julgado, ao Presidente da República, e não pode ser executada senão depois de _____ dias após a comunicação.

- a) injeção letal / dez
- b) fuzilamento / sete**
- c) enforcamento / sete
- d) cadeira elétrica / dez

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

O art. 56 do Código Penal Militar estabelece expressamente que a pena de morte é executada por fuzilamento. O art. 57 determina que a sentença definitiva de condenação à morte é comunicada, logo que passe em julgado, ao Presidente da República, e não pode ser executada senão depois de sete dias após a comunicação.

Fonte: ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. Código Penal Militar Comentado – Artigo por artigo – Parte Geral. 2ª Edição. Belo Horizonte: Líder, 2011, pág. 124 e 125.

44) De acordo com o Código Penal Militar, o Oficial que, junto de seus inferiores, pratica crime militar de autoria necessária será considerado

- a) cabeça e terá sua pena agravada.**
- b) participe e terá sua pena agravada.
- c) co-autor e terá sua pena na mesma medida dos demais agentes.
- d) participe e terá sua pena na mesma medida dos demais agentes.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

Estabelece o Código Penal Militar que “quando o crime é cometido por inferiores e um ou mais oficiais, são estes considerados cabeças, assim como os inferiores que exercem função de oficial” (§5º, do art. 53). O §4º estatui que “na prática de crime de autoria coletiva necessária, reputam-se cabeças os que dirigem, provocam, instigam ou excitam a ação”. Por fim, o inciso I, do §2º do mesmo artigo é claro no sentido de que “a pena é agravada em relação ao agente que promove ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes.”

Fonte: ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. Código Penal Militar Comentado – Artigo por artigo – Parte Geral. 2ª edição. Belo Horizonte: Líder, 2011, Pág. 117 a 122.

45) Sobre o Instituto da Suspensão Condicional da Pena no Código Penal Militar, marque a alternativa **correta**.

- a) A sentença não precisa especificar as condições a que fica subordinada a suspensão.
- b) A suspensão condicional da pena não se aplica ao condenado por crime cometido em tempo de guerra.**
- c) A suspensão se estende às penas de reforma, suspensão do exercício do posto, graduação ou função ou à pena acessória e exclui a aplicação de medida de segurança não detentiva.
- d) A suspensão é revogada, facultativamente, se, no curso do prazo, o beneficiário é condenado, por sentença irreversível, na Justiça Militar ou na comum, em razão de crime ou de contravenção reveladora de má índole ou a que tenha sido imposta pena privativa de liberdade.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

O Código Penal Militar regula nos artigos 84 a 88 a Suspensão Condicional da Pena. No parágrafo único do art. 88 estatui que “A suspensão não se estende às penas de reforma, suspensão do exercício do posto, graduação ou função ou à pena acessória nem exclui a aplicação de medida de segurança não detentiva”. Já no art. 86 trata da revogação obrigatória e determina que “a suspensão é revogada se, no curso do prazo, o beneficiário é condenado, por sentença irrecorrível, na Justiça Militar ou na comum, em razão de crime, ou de contravenção reveladora de má índole ou a que tenha sido imposta pena privativa de liberdade”. No art. 88 determina que “A suspensão condicional da pena não se aplica ao condenado por crime cometido em tempo de guerra”. Por fim, a sentença deve especificar as condições a que fica subordinada a suspensão (art. 85).

46) Marque a alternativa que prevê causas de extinção da punibilidade prevista no Código Penal Militar.

- a) Prescrição, retratação do agente e perdão judicial.
- b) Retratação do agente, prescrição e morte do agente.
- c) Decadência, ressarcimento do dano, no peculato culposo e perdão judicial.
- d) Prescrição, morte do agente e ressarcimento do dano, no peculato culposo.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

De acordo com o art. 123, do Código Penal Militar “Extingue-se a punibilidade pela morte do agente; pela anistia ou indulto; pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso; pela prescrição; pela reabilitação; e pelo ressarcimento do dano, no peculato culposo (art. 303, § 4º).”

47) Preencha as lacunas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **correta**.

Determina o Código de Processo Penal Militar que o inquérito deverá terminar dentro de _____ dias, se o indiciado estiver preso, ou no prazo de _____ dias, quando o indiciado estiver solto.

- a) 10 / 20
- b) 20 / 40
- c) 30 / 60
- d) 15 / 30

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

Determina o art. 20 do Código de Processo Penal Militar que “O inquérito deverá terminar dentro em vinte dias, se o indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no prazo de quarenta dias, quando o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito”.

48) Sobre o tema Jurisdição e Competência no Processo Penal Militar, considere as seguintes assertivas.

- I. Compete à Justiça Militar Estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.
- II. O Superior Tribunal Militar constitui órgão de uma instância especial, tal qual uma terceira instância, de toda a Justiça Militar da União.
- III. A Justiça Militar da União não julga civis.

Estão **corretas** somente as afirmativas

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

De acordo com o § 4º, art. 125 da CRFB/88, “Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.” Já o Superior Tribunal Militar, cuja sede é em Brasília, constitui o órgão da segunda instância de toda a Justiça Militar Federal. Por fim, a Justiça Militar da União julga militares e civis, diferentemente da Justiça Militar Estadual. Acerca do que foi explicitado acima, a afirmativa II está incorreta.

Fonte: ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. Código Penal Militar Comentado – Artigo por artigo – Parte Geral. 2ª Edição. Belo Horizonte: Líder, 2011, Pág. 31

LOUREIRO NETO, José da Silva. Processo Penal Militar. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010, Pág. 98 e 101.

49) Em tema de Ação Penal, o Código de Processo Penal Militar adota o princípio da

- a) discricionariedade.
- b) obrigatoriedade.**
- c) oportunidade.
- d) veracidade.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

O art. 30 do CPPM consagra textualmente o princípio da obrigatoriedade da ação penal, ao dispor que “a denúncia deve ser apresentada sempre que houver: a) prova do fato que, em tese, constitua crime; b) indícios de autoria”

Fonte: LOUREIRO NETO, José da Silva. Processo Penal Militar. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010. Pág. 16.

50) Sobre Ritos Processuais no Código de Processo Penal Militar, pode-se afirmar que

- a) o processo ordinário inicia-se com o oferecimento da denúncia.
- b) existem três ritos processuais: ordinário, especial e o escalonado.
- c) a única forma de citação ficta no processo penal militar é a feita por editais.**
- d) o Sistema Processual adotado no ordenamento jurídico brasileiro é o sistema inquisitivo.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

O sistema processual brasileiro é acusatório, conforme inciso LV, do art. 5º da CRFB/88. Havendo dois ritos processuais no CPP – o ordinário e o especial – inicia-se o procedimento com o recebimento da denúncia (art. 35 e 396 do CPPM) e a única forma de citação ficta admitida no processo penal militar é a feita por editais.

Fonte: LOUREIRO NETO. Processo Penal Militar. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010. Pág. 132 a 136.

51) Preencha a lacuna abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **correta**.

A denúncia conterà o rol de testemunhas, em número não superior a _____, com indicação da sua profissão e residência, e o das informantes, com a mesma indicação.

- a) três
- b) cinco
- c) seis**
- d) oito

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

De acordo com o art. 77, “h” do CPPM, a denúncia conterà o rol de testemunhas, em número não superior a seis.

Fonte: LOUREIRO NETO, José da Silva. Processo Penal Militar. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

52) Tício move ação de indenização em face de Mévio. De acordo com entendimento doutrinário majoritário, Tício necessita do consentimento de Mévio para desistir da ação a partir do(a)

- a) despacho saneador.
- b) oferecimento da resposta.**
- c) oferecimento da petição inicial.
- d) fluência do prazo para resposta.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

Explica Alexandre Freitas Câmara que “a melhor doutrina sobre o tema exige o consentimento do réu para que a desistência produza efeitos toda vez que for a mesma manifestada depois do oferecimento da resposta. Quer-se, com isto, dizer o seguinte: decorrido o prazo da resposta e tendo o réu permanecido revel (havendo, pois, ausência de contestação), poderá o autor desistir livremente da ação, sem que o consentimento do demandado se faça necessário. De outro lado, tendo o réu oferecido resposta antes do término do prazo para a prática do ato, seu consentimento será necessário, ainda que a desistência tenha sido manifestada antes do termo final daquele. Por esta razão é que prefiro entender que o momento a partir do qual o consentimento do réu é exigido para que a desistência da ação surta efeitos é o do oferecimento da contestação, e não o termo final do prazo para resposta”

Fonte: CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. 21ª Edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011 (v. 1) (No mesmo sentido THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. 47ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007. Pág. 357.

53) Sobre o tema Processo Cautelar, marque (V) para verdadeiro e (F) para falso o que se afirma e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência **correta**.

- () O juiz, a requerimento da parte, pode decretar o arresto de bens imóveis determinados, quando lhe for disputada a propriedade ou a posse, havendo fundado receio de rixas ou danificações.
- () A produção antecipada de provas pode consistir em interrogatório da parte, inquirição de testemunhas e exame pericial.
- () Ainda que a causa principal penda de julgamento no tribunal, processar-se-á no primeiro grau de jurisdição o pedido de alimentos provisionais.
- () No processo de justificação se admite defesa.

a) F – V – F – V

b) V – F – V – F

c) F – V – V – F

d) V – F – F – V

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

Falso – Determina o inciso I, do art. 822 do Código de Processo Civil que “o juiz, a requerimento da parte, pode decretar o sequestro de bens móveis, semoventes ou imóveis, quando lhes for disputada a propriedade ou a posse, havendo fundado receio de rixas ou danificações”. Trata-se de instituto diverso do arresto, já que naquele o objeto é determinado, enquanto neste a medida não se dirige contra bem determinado, mas contra qualquer bem penhorável.

Verdadeiro – O art. 846 do CPC é claro no sentido de que a produção antecipada da prova pode consistir em interrogatório da parte, inquirição de testemunhas e exame pericial.

Verdadeiro – O art. 853 estabelece questão de competência de Processo Cautelar nos Alimentos Provisionais e determina que “Ainda que a causa principal penda de julgamento no tribunal, processar-se-á no primeiro grau de jurisdição o pedido de alimentos provisionais”.

Falso – uma das características da justificação é justamente não se admitir defesa, nem recurso (art. 865).

Fonte: CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. 17ª Edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011 (v. III), Pág. 105, 113 a 121, 187, 201 e 202.

54) Na execução por quantia certa contra devedor solvente, o pagamento ao credor far-se-á pela

- a) adjudicação e alienação em hasta pública.
- b) entrega em dinheiro, adjudicação ou alienação em hasta pública.
- c) adjudicação, alienação por iniciativa particular, alienação em hasta pública ou usufruto.
- d) entrega em dinheiro, adjudicação dos bens penhorados ou usufruto de bem imóvel ou de empresa.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

O art. 708 do Código de Processo Civil determina que “o pagamento ao credor far-se-á: I – pela entrega do dinheiro; II – pela adjudicação dos bens penhorados; III – pelo usufruto de bem imóvel ou de empresa”. A alienação em hasta pública e por iniciativa particular são modos de expropriação dos bens.

Fonte: CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. 19ª Edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011 (v. II), Pág. 305 a 319.

55) Não é uma recompensa prevista no Regulamento Disciplinar da Aeronáutica

- a) elogio.
- b) louvor.
- c) **habilitação.**
- d) dispensa de serviço, de acordo com as normas em vigor.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

Está de acordo com o art. 67 do Decreto nº 76.322, de 22 de setembro de 1975 (Regulamento Disciplinar da Aeronáutica - RDAER).

56) No Direito Processual Civil, cabem Embargos Infringentes

- a) quando o acórdão houver julgado apelação ou ação rescisória.
- b) quando o acórdão não unânime houver julgado, em grau de apelação, a sentença, ou houver julgado ação rescisória.
- c) **quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória.**
- d) quando o acórdão unânime houver mantido, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado improcedente a ação rescisória.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

O art. 530 do Código de Processo Civil determina que “cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória”.

Fonte: CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. 19ª Edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011 (v. II), Pág. 105 a 111.

57) Estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101, de 4, de maio de 2000) que a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, **não** poderá exceder os seguintes percentuais da receita corrente líquida para União, Estados e Municípios, respectivamente.

- a) 40%; 50% e 70%.
- b) 45%; 55% e 60%.
- c) 50%; 50% e 65%.
- d) **50%; 60% e 60%.**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

Estabelece o art. 19 da Lei Complementar 101/2000 que “Para os fins do disposto no *caput* do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados: I - União: 50% (cinquenta por cento); II - Estados: 60% (sessenta por cento); e III - Municípios: 60% (sessenta por cento).”

58) Sobre Orçamento, considere as afirmativas.

- I. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente; orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- II. O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- III. Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

Estão **corretas** somente as afirmativas

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) **I, II e III.**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

As afirmativas estão de acordo, respectivamente, com o §§ 2º, 3º e 4º do art. 165, da CRFB/88.

59) A praça da ativa das Forças Armadas, ao ser submetida a Conselho de Disciplina

- a) permanece no exercício de suas funções.
- b) é afastada do exercício de suas funções.**
- c) é suspensa permanentemente de suas funções.
- d) continua no exercício de suas funções, mas com restrições.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

De acordo com o art. 3º do Decreto 71.500/72 (Conselho de Disciplina), “a praça da ativa das Forças Armadas, ao ser submetida a Conselho de Disciplina, é afastada do exercício de suas funções”.

60) Sobre o Juizado Especial Criminal, marque a afirmativa **correta**.

- a) A sentença conterà, obrigatoriamente, o relatório, fundamentação e dispositivo.
- b) Quando opostos contra a sentença, os embargos de declaração interromperão o prazo para o recurso.
- c) O não oferecimento da representação do ofendido na audiência preliminar implica decadência do direito.
- d) Aberta a audiência, será dada a palavra ao defensor para responder à acusação, após o que o juiz receberá, ou não, a denúncia ou queixa; havendo recebimento, serão ouvidas a vítima e as testemunhas de acusação e defesa, interrogando-se a seguir o acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença.**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

Estabelece o art. 81 da Lei 9.099/95 que “Aberta a audiência, será dada a palavra ao defensor para responder à acusação, após o que o juiz receberá, ou não, a denúncia ou queixa; havendo recebimento, serão ouvidas a vítima e as testemunhas de acusação e defesa, interrogando-se a seguir o acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença.” De outro lado, é ensinamento frequente na doutrina sobre a matéria que na sentença proferida no Juizado Especial é dispensado o relatório (§3º, art. 81) e que os embargos de declaração, quando opostos da sentença, suspendem o prazo para recurso (§2º, art. 83). Aliás, esta é uma das diferenças para o processo penal comum. Por fim, por expressa determinação legal (art. 75), o não oferecimento da representação na audiência preliminar não implica decadência do direito, que poderá ser exercido no prazo previsto em lei.